



1976-2026
CINQUENTENÁRIO
DO CHSC



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

OS SENTIDOS DA ABOLIÇÃO: HISTÓRIAS DA ESCRAVATURA E DO TRABALHO FORÇADO EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE

POR OCASIÃO DOS 150 ANOS DO DECRETO
DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

5 e 6 de fevereiro de 2026
São Tomé, Universidade de São Tomé e
Príncipe

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Emir Boa Morte (Diretor Geral da Cultura em S. Tomé e Príncipe, doutorando na Universidade de Coimbra)
José Pedro Paiva (Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra)
Miguel Bandeira Jerónimo (Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra)

Gabriel de Avilez Rocha (Universidade de Brown, EUA) - *Novas fontes, velhos dilemas: perspectivas africanas sobre a liberdade em São Tomé na primeira metade do século XVI*

Mulheres e homens oriundos do continente africano que viveram em São Tomé ao longo das primeiras décadas do século XVI participaram, de formas marcadas profundamente por violência e iniquidade, nas transformações do mundo social, político, e ambiental da ilha. A historiografia sobre este período tem identificado processos antagônicos, porém contemporâneos, que juntamente estruturaram a inauguração da era da escravidão como sistema colonial de hierarquia e exploração: primeiro, o crescente auge do ciclo de açúcar, junto com o tráfico regional de escravizados no Golfo da Guiné, que transformaram não apenas a ecologia como as relações sociais em torno da escravidão no espaço da ilha; segundo, os modos variados de resistência, inclusive na luta armada denominada na época como guerra do mato, que colocaram em cheque a expansão colonial, sobretudo no sul da ilha. Em ambos os casos, porém, de formas radicalmente distintas, pessoas escravizadas estabeleceram, pelas suas iniciativas e dentro das possibilidades das suas conjunturas, as condições de vida, comunidade e liberdade para além da escravidão. Todavia, muitas questões persistem, especialmente em torno de como uma variedade de desafios à ordem escravocrata e colonial foram articulados e pensados por seus protagonistas. Fontes arquivísticas ainda não plenamente trabalhadas acendem holofotes sobre muitas dessas perguntas. Sem resolvê-las, os novos achados a serem discutidos na atual comunicação sugerem possibilidades de compreender as transformações sociais e ambientais da ilha ao longo da primeira metade do século XVI desde as diversas perspectivas de pessoas escravizadas, forras e livres. Estas fontes abrem uma base de interpretação focada nos pontos de vista de personagens históricos até então desconhecidos: pessoas como Violante, que buscou sua liberdade por vias judiciais enquanto escravizada numa roça em 1533; Bárbara Gonçalves, trabalhadora numa fazenda, e Jordão Fernandes, pescador e marinheiro, cujas vidas foram nitidamente afetadas pela escravidão e alforria nas décadas entre 1510 e 1560. As perspectivas de pessoas escravizadas e alforriadas serão comparadas com as de lideranças e participantes na luta armada nas gerações antes de Amador, entre eles, Lukala e Ntanu, personalidades de destaque entre os chamados negros do mato que buscaram, nos anos entre 1545 e 1555, tanto conflito como conciliação com o governo colonial. A gama de perspectivas de tais indivíduos oferece novas pistas para pensarmos o significado da consolidação paralela da escravidão e dos movimentos contracoloniais em São Tomé no século XVI como fenômenos vividos por pessoas que testemunharam e influenciaram as suas realidades.

José Pedro Paiva (Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Portugal) - *Os cónegos de S. Tomé recebiam de mantimento seis “peças de escravos”. Padroado régio, diocese de S. Tomé, clero e pessoas escravizadas (séculos XVI-XVII)*

A mercancia de pessoas escravizadas oriundas do continente africano configurou o mundo construído no arquipélago de S. Tomé desde cedo. Os clérigos e as estruturas da Igreja Católica que ali se estabeleceram, no contexto do padroado real, também foram intervenientes e beneficiários do trabalho e da venda de pessoas escravizadas. A quase total destruição dos arquivos eclesiásticos que ali existiram, em especial depois da criação da diocese de S. Tomé, no ano de 1534, impede uma abordagem exaustiva do modo como estes atores, que moldaram tão significativamente os horizontes da vida local, se relacionaram com o universo da escravatura. A questão central que se discutirá, a partir da leitura densa e indiciária dos poucos fragmentos documentais ainda subsistentes, será a de averiguar que tipo de relações é que os clérigos que viveram em S. Tomé, sobretudo os bispos e outros agentes de topo das estruturas diocesanas, estabeleceram com o sistema da escravatura e com as populações de escravizados ali existentes.

M. Dores Cruz (Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Colónia, Alemanha) - *Ínem Mina Caná: “filhos da cana” e o milagre da criouliização cultural no complexo do açúcar em São Tomé (séculos XVI-XVII)*

No artigo “Culture on the edges,” Michel-Rolph Trouillot define o processo de criouliização como “um milagre à espera de análise”, sublinhando a necessidade de abordagens etnográficas ancoradas em contextos históricos específicos de formação cultural. Esta comunicação propõe um conceito amplo de criouliização, para além das experiências afro-caribenhas e de modelos binários colonizador-colonizado, explorando dinâmicas sociais e materiais que definiram a formação identitária de São Tomé. Centrando-se no sítio arqueológico de Praia Melão (séc. XVI-XVIII), analisa como a cultura material reflecte criatividade cultural, negociação de poder(es) e resiliência face às condições na origem do sistema esclavagista de plantação. Partindo de uma perspectiva de longue durée e de uma abordagem multidisciplinar, o estudo considera como artefactos, organização do espaço e paisagens são evidência de interacções culturais, adaptação e transformação. A integração de dados etnográficos, etno-históricos e arqueológicos permite uma análise de experiências plurais vividas por comunidades dos inícios do ciclo do açúcar e do sistema esclavagista de plantação em São Tomé e Príncipe. O projecto de arqueologia histórica a ser desenvolvido em Praia Melão permite investigar como a cultura material medeia processos de criouliização, revelando realidades e legados duradouros de comunidades escravizadas.

Natalia Umbelina (Universidade de São Tomé, São Tomé e Príncipe) - *Os caminhos para a abolição da escravatura em São Tomé e Príncipe: de escravos a contratados (a Carta de Lei de 29 de abril de 1875)*

Quando a escravatura passou a ser considerada uma prática desumana e anacrónica, as nações decidiram pôr-lhe termo. Portugal, porém, optou por uma via gradual, promulgando desde o início do século XIX leis que adiaram o processo, por deferência aos interesses dos proprietários agrícolas e a defesa da economia de exportação. A abolição foi adiada para 1878. Em 1875, coexistiam em São Tomé e Príncipe escravos e libertos nas plantações de café e cacau. A Carta de Lei de 29 de abril de 1875 marcou uma viragem histórica, gerando resistência entre os proprietários e revoltas entre os trabalhadores, perante e iminência da abolição da escravatura. A proclamação da abolição pelo governador em novembro de 1875, pôs fim à escravatura juridicamente e legalmente, mas inaugurou uma nova forma de servidão: o trabalho forçado, os contratados, os serviçais.

Maysa Espíndola Souza (Universidade de Genebra, Suíça) - *A liberdade do contrato: trabalho e direito na abolição da escravidão em São Tomé e Príncipe (1850-1900)*

Nesta pesquisa analisam-se os dispositivos jurídicos que levaram à abolição da escravidão, bem como as tensões quotidianas advindas desse processo. A atuação dos roceiros nas ilhas marcou profundamente as políticas de emancipação na África Portuguesa e, posteriormente, o trabalho dos denominados serviçais nas ilhas. Assim, a partir de fontes como legislação, correspondência, queixas e relatórios, esta pesquisa explora diferentes escalas de análise com o objetivo de compreender as contradições entre o discurso jurídico da liberdade e a manutenção de mecanismos de coerção.

Marta Macedo (Universidade NOVA de Lisboa, Portugal) - *As roças depois da abolição: violência, trabalho e resistência (1876-1915)*

Em 1875 a escravatura foi oficialmente abolida em São Tomé. Apesar da palavra abolição remeter para uma ideia de fim, o estado imperial instituiu de imediato um novo regime de trabalho forçado. Entre 1876 e 1915, sob a legalidade do contracto, mais de 90.000 mulheres e homens vieram de Angola para São Tomé, permitindo que as roças crescessem e se multiplicassem a uma escala sem precedentes. Esta apresentação vai olhar para as roças depois da abolição, procurando perceber como é que as experiências de descolamento, de violência e de trabalho, bem como as práticas de resistência moldaram a vida dos trabalhadores contratados.

Gerhard Seibert (ISCTE, Portugal) - *“Em S. Tomé há porta para entrar, não há porta para sair” A fiscalização da situação dos serviçais nas roças pelas autoridades britânicas (1902-1916)*

Depois da abolição antecipada da escravatura em São Tomé e Príncipe, decretada em novembro de 1875, os portugueses introduziram o regime de contrato de serviçais, principalmente recrutados em Angola. Embora os decretos de 1878 e 1903 obrigassem os roceiros de repatriar os serviçais após o término dos seus contratos de cinco anos, até 1908 ignoraram esta disposição. Alegaram que estes não queriam voltar a Angola, visto que nas roças tinham uma vida muito melhor. Na década de 1890, relatórios sobre o recrutamento brutal de serviçais em Angola e de condições análogas à escravatura nas roças do arquipélago acionaram uma campanha de ativistas antiescravistas britânicos que, em 1909, culminou no boicote de cacau de São Tomé por chocolateiros britânicos. Incitados pela opinião pública e a campanha contra o “cacau escravo”, desde o início do séc. XX até a entrada de Portugal na I Guerra Mundial em 1916, o Foreign Office e o parlamento britânico monitoraram a situação dos serviçais, especialmente em relação ao recrutamento e repatriamento. A comunicação pretende documentar e analisar as intervenções britânicas e as suas consequências.

Miguel Bandeira Jerónimo (Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Portugal) - *As políticas das imagens: o caso de São Tomé e Príncipe (1900-1930)*

A crescente internacionalização dos assuntos africanos, desde o final do século XIX, implicou um aumento expressivo das avaliações críticas do colonialismo europeu, em África e além. A “selvajaria civilizada” passou a ser alvo de um

escrutínio cada vez mais intenso – processo em que a produção e o uso de imagens fotográficas desempenharam um papel central. Como documento e como prova, a fotografia tornou-se essencial para a “autenticação da indignação” perante as desigualdades imperiais e os abusos coloniais, nomeadamente os associados às novas formas de escravatura, a “escravatura moderna”. Constituiu um poderoso instrumento político, social, económico e moral – com múltiplos usos, mobilizado por diversos atores e com fins variados –, moldando debates sobre a legitimidade do colonialismo e condicionando a formulação das suas políticas, do trabalho ao bem-estar. No início do século XX, as plantações de São Tomé e Príncipe, particularmente o caso do “cacau escravo”, assumiram-se como um dos episódios mais reveladores desse processo. A documentação visual das práticas laborais e das “condições análogas à escravatura” nas roças não se limita a ilustrar, antes documenta, de forma incisiva, os sentidos e, sobretudo, os limites da abolição. Esta comunicação explica como e porquê.

Alexander Keese (Universidade de Genebra, Suíça) - *A experiência do trabalho forçado em São Tomé e Príncipe numa perspetiva comparativa: compreender a exploração no mundo dos contratos (compelidos) das plantações, 1920-1939*

Graças aos estudos analíticos são-tomenses (por Nazaré Ceita, Natália Umbelina e outros) e internacionais (Augusto Nascimento, Alexander Keese & Beatriz Valverde Contreras), as diferentes fases de exploração de mão-de-obra “serviçal”, por contratos forçados e medidas compulsórias, estão relativamente bem discutidos para os anos vinte do século XX e, ultimamente, mesmo para a década de trinta, sob o impacto da Grande Depressão. Há neste campo de pesquisa uma certa sensibilidade para as estratégias dos proprietários das roças, mas também pela agency dos contratados, e pela intervenção, como intermediária principal, da curadoria em São Tomé e da sua sucursal na ilha do Príncipe. Contudo, falta neste panorama uma melhor compreensão do caso numa lógica de comparação. Nas últimas décadas do século XIX, a situação são-tomense integrou-se num panorama abrangente de diferentes regiões de agricultura de plantações no mundo, inscrevendo-se na mesma lógica de recrutamento de trabalho contratado sob condições de compulsão relativa ou forte (um sistema conhecido como trabalho de coolie, ou de indentured labour, noutros contextos). Para melhor medir os efeitos do sistema, esta conferência propõe uma perspetiva comparativa, contrastando a situação de São Tomé e Príncipe com a do Suriname, sistema de lógicas semelhantes entre 1860 e 1920. Desta maneira, será possível discutir o seu carácter específico ou a sua pertença a um sistema global ainda existente para a exploração dos trabalhadores nas plantações de São Tomé e Príncipe. A comparação é viável pelo recurso às análises realizadas pelo conferencista, tanto nas suas atividades de investigação em São Tomé, como durante a sua pesquisa em Paramaribo, no Suriname.

Emir Boa Morte (Universidade de Coimbra, Portugal) - *As varizes de um contratado: trabalho nas roças de São Tomé e Príncipe (1930-1945)*

Em 1930, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Convenção sobre o Trabalho Forçado, mas Portugal recusou-se a ratificá-la, evitando a sua aplicação nas colónias. Esta comunicação analisa o impacto limitado das normas e convenções internacionais da OIT — relativas ao salário mínimo, à habitação, à segurança e à organização laboral — na realidade dos trabalhadores contratados nas roças de São Tomé e Príncipe. As práticas de exploração permaneceram profundamente enraizadas: jornadas extenuantes, ausência de férias, prolongamento abusivo de contratos, castigos corporais e condições de vida precárias. O estudo apresenta novas perspectivas sobre o quotidiano laboral colonial, a partir de fontes inexploradas da Curadoria dos Serviçais, da Polícia Indígena e dos processos judiciais nos arquivos históricos e judiciais de São Tomé e Príncipe.

Beatriz Valverde Contreras (Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Portugal) - *Fugir da roça como resposta à crise: as condições de trabalho nas roças de São Tomé e Príncipe durante a década de 30 do século XX*

As condições de trabalho nas roças do arquipélago passaram por várias fases entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Os anos trinta do século XX, depois do início da crise de 1929, constituíram o quadro de um agravamento da situação nas plantações, como empresas ligadas à economia global. Os efeitos da crise traduziram-se numa baixa dos salários e no recurso mais consistente à violência no tratamento dos trabalhadores. Estes responderam com um aumento das fugas das roças, cujo estudo é interessante para compreender as implicações do próprio conceito de trabalho, tal como foi empregado nas plantações. A conferência abordará também a forma de contratação dos trabalhadores nas roças e as suas condições, a fim de interpretar as causas dessas fugas e as suas consequências, e as formas de reação da parte do poder administrativo colonial e dos proprietários das roças frente a essa situação. Na conclusão discute-se a crise das fugas como materialização de um grande descontentamento social e, ao mesmo tempo, um fenómeno complexo.

José Pedro Monteiro (Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Portugal) - *De S. Tomé e Príncipe para o mundo: o trabalho forçado nos debates internacionais do pós-guerra (1945-1961)*

As práticas de trabalho forçado no arquipélago de São Tomé e Príncipe representaram um dilema diplomático para o império português desde finais do século XIX, que se agudizou nas primeiras décadas do século XX. Nesta apresentação, o foco apontará para o período do pós-guerra, quando os debates internacionais sobre o regime laboral no arquipélago se começaram a relacionar de forma mais direta com os temas dos direitos humanos, da não-discriminação e da descolonização global. Explorando as discussões (e respetivos arquivos) na Organização das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, esta apresentação demonstrará como a questão laboral persistiu, neste período, como aspeto nocivo para a respeitabilidade do império, atraindo a intervenção de uma série de diversos atores locais, imperiais e internacionais.

Carla Martin (Universidade de Harvard, EUA) - *Encontrar significado num sabor colonial: cinquenta anos de liberdade nas roças de São Tomé e Príncipe*

A luta pela libertação de África do domínio colonial português foi, em muitos casos, também uma batalha contra as práticas laborais não livres. Nas vastas roças de São Tomé e Príncipe, uma das colónias produtoras de cacau mais prolíficas do mundo, os proprietários portugueses dependiam de mão-de-obra escravizada até à abolição na década de 1870, passando a utilizar mão-de-obra subcontratada até à década de 1960, obrigando os trabalhadores migrantes de Angola, Moçambique e Cabo Verde a produzir cacau em condições análogas à escravatura. A matéria-prima da região impulsionou o crescimento meteórico de marcas icónicas de chocolate como a Cadbury, Rowntree e Hershey. A emancipação e a independência, contudo, não garantiram a liberdade completa aos trabalhadores do cacau. Muitos dos trabalhadores contratados do século XX, impossibilitados de regressar aos seus países de origem, só obtiveram a cidadania plena em São Tomé e Príncipe em 2015. Hoje, muitos dos seus descendentes lutam contra a pobreza. Apesar do colapso quase total da indústria do cacau após a independência de Portugal, o cacau continua a ser um principal produto de exportação do país, e a história desta cultura fascina os consumidores de todo o mundo. Esta apresentação interativa procura dar destaque às perspetivas dos produtores de cacau de São Tomé e Príncipe, bem como aos desafios e sucessos que enfrentam no mercado atual, através da utilização criativa de recursos multimédia e de experiências sensoriais.

POSTER

“Os maroons angolares de São Tomé (séculos XVI-XIX), uma abordagem arqueológica”

Jacques Aymeric-Nsangou (Universidade de Zurique); **Ernesto Carvalho Lima** (Universidade de São Tomé e Príncipe); **Nuno Gonçalves** (Universidade Paris Panthéon-Sorbonne)

Como viver livre numa ilha escravista submetida ao domínio colonial? Esta questão aplica-se aos africanos e afrodescendentes conhecidos como angolares, que viveram livres numa parte de São Tomé, enquanto a ilha estava submetida ao domínio português desde o final do século XV. Livres desde o início ou auto-libertados, a etnogênese dos angolares é muito discutida, mas uma coisa é certa, eles rejeitaram a escravidão e viveram em liberdade nos mocambos até ao final do século XIX, apesar da guerra do mato travada contra eles pelas milícias portuguesas. Não havendo fontes escritas produzidas pelos angolares, temos apenas algumas informações transmitidas pelas fontes históricas portuguesas. Onde se encontravam as comunidades angolares? Afastados das plantações portuguesas, como viviam? Como se adaptaram ao ambiente santomense? Estas três questões constituem os eixos de investigação do projeto “marronagens dos angolares em São Tomé (séculos XVI-XIX)”. Para localizar os sítios arqueológicos onde os angolares se instalaram, faremos prospecções arqueológicas. Para perceber os seus modos de vida e a sua cultura material, realizaremos escavações arqueológicas para recolher artefactos que serão estudados em laboratório. Para compreender os mecanismos de adaptação dos angolares ao ambiente da ilha de São Tomé, faremos análises geomorfológicas, arqueobotânicas e arqueozoológicas.